



LOCAIS PREFERIDOS: a visibilidade das crianças na cidade

Ariadne de Sousa Evangelista
ariadne_ev@hotmail.com

Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente/SP.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9339-3867>

Fátima Aparecida Dias Gomes Marin
fatimadiasgomes@gmail.com

Doutora em ensino na Educação Brasileira pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Professora Assistente da UNESP, Campus de Presidente Prudente/SP.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6584-3656>

RESUMO

O artigo faz parte da tese intitulada "Eu gosto de brincar, isso me faz feliz"! Paisagens e vivências das crianças em Presidente Prudente (SP). Neste recorte o objetivo foi investigar quais os locais de que as crianças mais gostavam na cidade para elucidar as paisagens pelas quais nutriam um sentimento de apreço. Compreender o olhar das crianças sobre os locais da cidade contribui para que a sociedade reflita sobre as Paisagens da Infância e as experiências que tem proporcionado a elas. A pesquisa qualitativa, caracterizada como estudo de caso, foi fundamentada na Sociologia da Infância e na Geografia da Infância. Os sujeitos foram dez crianças, de 10 a 11 anos, estudantes de escola pública de um bairro de exclusão social. O instrumento metodológico foi uma lista de locais de que mais gostavam na cidade. As crianças revelaram preferências por espaços de lazer públicos e privados, mas também apontaram: locais de consumo, instituições e locais íntimos. Defende-se que o ensino de Geografia proporcione situações para que as crianças compartilhem as suas vivências, apresentem as suas opiniões sobre a cidade e participem da construção de uma cidade mais humana, onde sejam ouvidas e tenham mais visibilidade e autonomia.

PALAVRAS-CHAVE

Criança, Cidade, Paisagem da Infância, Participação infantil.

FAVORITE PLACES: the visibility of children in the city

ABSTRACT

This paper is part of the thesis entitled "I like to play, it makes me happy"! Landscapes and experiences of children in Presidente Prudente (SP). In this cut the purpose was to investigate which places the children liked the most in the city to elucidate the landscapes for which they nurtured a feeling of appreciation. Understanding the children's view of the places in the city helps society to reflect on Childhood Landscapes and the experiences it has provided them. The qualitative research, characterized as a case study, was based on Childhood Sociology and Childhood Geography. The subjects were ten children, from 10 to 11 years old, students of public school in a neighborhood of social exclusion. The methodological instrument was a list of places they liked the most in the city. Children revealed preferences for public and private leisure spaces, but also pointed out: places of consumption, institutions and intimate places. It is argued that the teaching of Geography has to provide situations for children to share their experiences, to present their opinions about the city and to participate in the construction of a more humane city, where they can be heard and have more visibility and autonomy.

KEYWORDS

Child, City, Childhood Landscape, Child participation.

Introdução

O artigo é um recorte da tese¹ intitulada "Eu gosto de brincar, isso me faz feliz"! Paisagens e vivências das crianças em Presidente Prudente (SP). A pesquisa teve como objeto de estudos as vivências das crianças na cidade, os tempos e os espaços frequentados, a mobilidade, a interação e o brincar. Foram abordados os fatores de restrição e potencialização da cidadania infantil (SARMENTO, 2018), os desejos e as expectativas das crianças com relação à cidade em que moravam.

Partimos da ideia que os espaços construídos pelos adultos para as crianças nem sempre suprem suas necessidades e expectativas e são parcialmente apropriados por elas. Propomo-nos a investigar quais os locais de que as crianças mais gostavam na cidade na tentativa de elucidar as paisagens de Presidente Prudente (SP) pelas quais nutriam um sentimento de apreço. Compreender o que as crianças pensam dos locais da cidade contribui para que a sociedade reflita sobre as Paisagens da Infância e as experiências que tem proporcionado a elas.

¹ A tese está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP) e ao Grupo de Pesquisa "Educação Infantil e Formação de Professores" (FOPREI).

Recorremos à Geografia da Infância para discutir o conceito de Paisagens da Infância (LOPES, 2008, 2013; LOPES; FERNANDES, 2018). Lopes (2013, p. 291), define as Paisagens da Infância como “[...] as formas que as sociedades erguem, materialidades destinadas às crianças nos diferentes espaços, sobretudo os urbanos [...]”.

Avaliar as Paisagens da Infância de um local nos permite tecer considerações sobre a visibilidade das crianças no planejamento das cidades. De acordo com Lopes e Fernandes (2018, p. 210) as Paisagens da Infância são “[...] postos de partida para acessar a rede de significações que fala das crianças nos espaços urbanos (e em outros espaços) [...]”.

Neste artigo, apresentamos os resultados obtidos sobre locais de que as crianças mais gostavam na cidade. Consideramos que esses espaços são lugares ou apresentam potencialidades para se tornarem lugares afetivos para essas crianças. Tratamos do conceito de lugar fundamentado nos estudos de Tuan (2012, 2013).

A nutrição de sentimentos de afeto pela cidade auxilia no zelo pelo patrimônio público, bem como no desenvolvimento humano em diversos aspectos. Ainda que a cidade se constitua como um espaço amplo e por relações complexas, é possível disponibilizar espaços públicos de qualidade que favoreçam a construção de relações de pertencimento.

Neste artigo, ampliamos o nosso enfoque ao incluir reflexões sobre a relevância do ensino de Geografia considerar o olhar da criança e incentivar a sua participação nas questões que envolvem a cidade.

Ensino de Geografia: o olhar da criança sobre a cidade

Defendemos a importância do ensino de Geografia ouvir a voz das crianças sobre as suas vivências na cidade, as suas opiniões sobre os problemas urbanos e a proposta de melhorias. Discutir a cidade com as crianças caracteriza um ensino de Geografia alinhado a uma perspectiva de transformação social, pautado na análise da produção do espaço e na valorização do protagonismo da criança.

São relevantes situações para que as crianças compartilhem os seus desejos com relação à cidade e se organizem tendo como pauta os direitos e os deveres como cidadãs. A organização das crianças, a partir de mecanismos de participação nas decisões da cidade, visando transformações do espaço local, é uma realidade em várias

partes do mundo, inclusive no Brasil. São experiências que caminham para a efetivação de políticas públicas atentas ao bem-estar da população, em especial das crianças.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especificamente o componente curricular de Geografia para os anos iniciais do Ensino Fundamental, destaca os “lugares de vivência”, “a produção das paisagens” e a inter-relação entre campo e cidade. O texto também enfatiza práticas de estudo que estimulem o protagonismo da criança:

[...] é necessário que eles diferenciem os lugares de vivência e compreendam a produção das paisagens e a inter-relação entre elas, como o campo/cidade e o urbano/rural, no que tange aos aspectos políticos, sociais, culturais, étnico-raciais e econômicos. Essas aprendizagens servem de base para o desenvolvimento de atitudes, procedimentos e elaborações conceituais que potencializam o reconhecimento e a construção das identidades e a participação em diferentes grupos sociais. Esse processo de aprendizado abre caminhos para práticas de estudo provocadoras e desafiadoras, em situações que estimulem a curiosidade, a reflexão e o protagonismo. (BRASIL, 2017, p. 368-369).

Promover situações de participação das crianças é uma atribuição da sociedade e também da escola, principalmente do ensino de Geografia que tem como conteúdo o tema cidade. Para conceituar a cidade nos inspiramos nos estudos de Sposito:

[...] a cidade é o lugar do trabalho (da máquina sendo operada, da caixa registradora funcionando, da rua sendo varrida), mas também do lazer (a praça do interior, o clube, o espaço dos esportes, e vamos parando para uma cervejinha...). A cidade é o lugar da produção (a fábrica, a chaminé e mais poluição); e do consumo (o shopping, o calçadão, e imagens de outdoors que nos informam, nos estimulam, nos invadem). A cidade é o lugar de ir e vir (ruas, avenidas, viadutos, ônibus cheio, trânsito parado) e do estar (casas, prédios, barracões, e até parece que não há lugar para todo mundo...). [...] É o lugar dos sistemas econômicos (tudo é custo/benefício, tudo é investimento, e o nosso tempo é dinheiro) e de lutas sociais (o sindicato, a associação de bairro, os movimentos negro, de mulheres e de gays). É o lugar das funções (cada construção, cada máquina, cada pessoa tem o seu papel), mas é também o lugar da arte (a escultura que se ergue na praça, o painel pintado na estação de metrô, o museu que divide a avenida – arquitetura e artes plásticas brincando com os carros e pessoas que passam com pressa). A cidade é natureza transformada, domada, destruída (o prédio que se ergue, a árvore que se corta, a terra que se recobre de asfalto), mas também é natureza que se rebela (o rio que transborda, o morro que desmorona, soterra e mata). [...] Enfim, a cidade é riqueza e é pobreza, beleza e feiura, é evolução, transformação e revolução, é unidade e diversidade, é contradição. (SPOSITO, 1993, p.63).

Ao ensinar Geografia, em relação ao tema cidade, é oportuno que o docente promova situações em que as crianças percebam as múltiplas facetas e as contradições que compõem a cidade. Na avaliação de Sarmiento:

As crianças podem pronunciar-se sobre as diferentes dimensões da vida na cidade, da organização territorial e urbanística às questões de mobilidade, das agendas culturais às prioridades de investimento, do tipo de equipamentos ao desenho do mobiliário urbano. Se todos esses aspectos aparentam ter uma

configuração técnica, que de fato possuem, as opções não deixam nunca de ser políticas e é sobre o sentido do bem comum que as crianças podem se pronunciar entre diferentes alternativas. (SARMENTO, 2018, p.238)

Neste contexto, nos apropriamos das ideias de Gehl (2013) que trata com propriedade da dimensão humana no planejamento urbano que é um assunto que permeia as discussões da Geografia. Para o autor:

[...] uma preocupação crescente, com a dimensão humana no planejamento urbano, reflete uma exigência distinta e forte por melhor qualidade de vida urbana. Existem conexões diretas entre as melhorias para as pessoas no espaço da cidade e as visões para obter cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis. (GEHL, 2013, p. 7).

No nosso estudo compreendemos as crianças como atores sociais, parceiras da pesquisa, baseadas na Sociologia da Infância (CORSARO, 2009; BORBA, 2007; SARMENTO, 2004). Compartilhamos da ideia de que precisamos conhecer mais sobre as vivências das crianças nas cidades (ARAÚJO *et. al.*, 2018; MULLER, 2007; SARMENTO, 2018). Com esse propósito, ouvimos as crianças e buscamos compreendê-las em seu contexto social, cultural e histórico.

A infância e as crianças para a Sociologia da Infância

A Sociologia da Infância propõe mudanças profundas entre as teorias pensadas sobre e para as crianças. Defende a atuação da criança como sujeito ativo na sociedade, competente, reprodutora e produtora da cultura, que se relaciona com as outras categorias geracionais reinterpretando seus ensinamentos. (BORBA, 2007).

O termo *infância* se diferencia da criança, com base na perspectiva de que a cultura nos torna humanos: “A infância seria o lugar em que cada grupo social destina para suas crianças. O lugar concebido em todas as suas dimensões, com toda rede simbólica que o envolve.” (LOPES; VASCONCELLOS, 2006, p. 122).

Nessa perspectiva, podemos assegurar que não existe uma única infância, e sim infâncias, no plural: “Há várias infâncias dentro da infância global, e a desigualdade é o outro lado da condição social da infância contemporânea” (SARMENTO, 2003, p. 6). Sarmiento (2007, p.10) define a infância como “[...] categoria social, do tipo geracional, e um grupo social de sujeitos activos [sic], que interpretam e agem no mundo”.

Farias e Muller (2017, p.277) defendem que as “[...] crianças são capazes de tratar assuntos que tangem suas vidas. Nesse sentido, é legítimo defender a participação de crianças pequenas nas discussões sobre a cidade que habitam”.

Sarmiento (2004) considera que as culturas da infância se constituem por quatro eixos estruturadores, são eles: a interatividade, a ludicidade, a fantasia do real e a reiteração. Neste artigo destacamos a interatividade e a ludicidade, pois foram os elementos que se destacaram nas indicações das crianças sobre os locais de que mais gostavam na cidade.

A interatividade refere-se às relações estabelecidas entre os pares e entre as crianças e outras gerações, em determinado espaço de convívio. Para o autor (2004, p. 14), “a cultura de pares permite às crianças apropriar, reinventar e reproduzir o mundo que as rodeia”.

A ludicidade se remete ao brincar. “O brincar é a condição da aprendizagem e, desde logo, da aprendizagem da sociabilidade.” (SARMENTO, 2004, p.16). O brincar é uma importante atividade na infância, através dele as crianças se desenvolvem física, cognitiva, emocional e socialmente. Para Redin (2009, p. 123), “uma das características essenciais das crianças é o brincar, atividade na qual elas compartilham sentidos e significados para o mundo ao seu redor”.

As crianças são influenciadas pelo meio cultural, econômico e social em que estão inseridas. Os centros urbanos, o bairro, a densidade demográfica, a classe socioeconômica, as oportunidades de acesso à cultura, estão entre os fatores que interferem na maneira como as crianças vivenciam os espaços e se desenvolvem a partir deles.

Neste sentido, as vivências das crianças nos espaços urbanos, as suas experiências positivas e negativas interferem na maneira como se relacionam com a cidade. Julgamos relevante incentivar o sentimento de pertencimento das crianças com relação à cidade. A questão do pertencimento, da construção de vínculos afetivos com o espaço é objeto de estudos de Tuan (2013) ao tratar do conceito de lugar.

A cidade como lugar para as crianças

Conforme Tuan (2013), os seres humanos são capazes de se afeiçoarem aos seus espaços de vivência transformando-os em lugares. A topofilia é descrita como “[...] os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente” (TUAN, 2012, p. 135). Os

sentimentos topofílicos são desenvolvidos predominantemente em relação a locais que os indivíduos vivenciam com frequência. O autor considera que o desenvolvimento do senso de lugar não é instantâneo, exige sentimentos de familiaridade, confiança, segurança por parte do indivíduo, assim demanda tempo.

Neste sentido, é comum que o lar seja o primeiro *lugar* das crianças, pois, geralmente é o primeiro espaço em que elas têm experiências de afeto, segurança, proteção. “Os lugares íntimos são lugares onde encontramos carinho, onde nossas necessidades fundamentais são consideradas e merecem atenção sem espalhafato”. (TUAN, 2013, p.168).

Vale ressaltar que a relação do tempo com o lugar pode ser complexa, à medida que demanda tempo para familiarizar-se com o espaço transformando-o em lugar significativo, por outro lado a passagem do tempo não garante essa modificação. As experiências positivas vivenciadas no local é que fazem com que o mesmo seja transformado em lugar. (LEITE, 1998).

Muller (2007) aponta que as percepções das crianças sobre a cidade se dão a partir de lugares preferidos, conhecidos, em que ficavam mais tempo e em que têm mais experiência e controle.

Pelegrini (2009) defende a necessidade de discutir o tema patrimônio cultural nas escolas. Para a autora, um trabalho desta natureza favorece o desenvolvimento da identidade individual e coletiva dos estudantes, amplia o sentimento de pertença à comunidade local, a valorização dos bens culturais, a preservação dos bens materiais e o exercício da cidadania.

Metodologia: os caminhos da pesquisa

Para o desenvolvimento desta investigação, a opção metodológica foi a abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa “[...] envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.13).

Trata-se de um estudo de caso em que o objeto de análise foi a vivência espacial de crianças em Presidente Prudente (SP). Os sujeitos foram dez crianças entre dez e onze anos de idade, matriculadas nos quintos anos do Ensino Fundamental I, de uma escola

pública situada em bairro de exclusão social. A faixa etária das crianças foi escolhida pelo maior desenvolvimento da linguagem oral e escrita.

A pesquisa de campo foi aprovada pelo Comitê de Ética, em 2018, sob o número do Parecer 2.909.291 (CAAE: 97633218.3.0000.5402). As crianças quiseram participar da pesquisa e tiveram a permissão dos responsáveis. Solicitamos aos pais que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e as crianças o Termo de Assentimento. Elas também escolheram nomes fictícios.

Os dados foram coletados e apresentados de maneira descritiva, tendo como foco o sentido que as crianças dão à cidade em que habitam. Consideramos o pesquisador, conforme aponta Chizzoti (2001, p. 80), “um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais”.

O contato com as crianças foi realizado por meio da escola. Para Saramago (2001) é possível compreender o universo envolto à criança, ao espaço e à vivência externos a escola, mesmo fazendo a recolha de dados no interior dela. A escola funciona como um canal de acesso para o contato com a criança.

A escola atendia alunos da educação infantil e do Ensino Fundamental I. Algumas crianças participavam do Programa Cidadescola de educação integral no contra turno. O bairro contava também com um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e uma instituição filantrópica denominada Casa da Sopa Francisco de Assis (CASOFA) que prestavam atendimento às crianças.

Das dez crianças que participaram como sujeitos da pesquisa, seis moravam no bairro e quatro em bairros adjacentes. Quatro crianças moravam em casas alugadas e seis em casas próprias. Todas as residências se encontravam em área urbana, tinham rua asfaltada e dispunham de água encanada, energia elétrica e tratamento de água e esgoto. Nem todas as crianças tinham acesso à internet.

Neste recorte, o instrumento de recolha de dados foi uma lista que elaboramos a partir das falas das crianças sobre os dez locais de que mais gostavam na cidade. Anotamos também os aspectos positivos que verbalizaram a respeito dos locais indicados.

A ideia foi dar visibilidade às crianças, identificar as paisagens na cidade que frequentavam e das quais mais gostavam, assim como sinalizar para a potencialidade dos locais se tornarem lugares afetivos, em especial os espaços públicos. A proposta da pesquisa se alinha à relevância da sociedade construir mecanismos que viabilizem a participação das crianças nos contextos cotidianos, assegurando desta maneira os seus direitos sociais.

A construção dos direitos participativos das crianças nos seus contextos de acção [sic] constitui um ponto nodal da afirmação do reconhecimento da sua competência social. Nesse sentido, ouvir a voz das crianças no interior das instituições não constitui apenas um princípio metodológico da acção [sic] adulta, mas uma condição política, através da qual se estabelece um diálogo intergeracional [sic] de partilha de poderes. A expressão dessa partilha necessita de encontrar fórmulas que ultrapassem os mecanismos formais de decisão, instituídos nas organizações democráticas modernas, de modo a adequar-se a uma participação das crianças adequada aos seus diferentes grupos etários. Em suma, a cidadania organizacional configura-se como um elemento determinante para a viabilização da participação das crianças como núcleo dos seus direitos sociais. (SARMENTO; SOARES; TOMÁS, 2004, p.3)

As crianças foram consideradas competentes e demos visibilidade às suas opiniões sobre a cidade, tendo como fundamento a Sociologia da Infância.

Paisagens da infância e locais preferidos das crianças em Presidente Prudente/SP

As paisagens da infância são locais construídos para as crianças e esses locais são reveladores de como a sociedade compreende as crianças. Assim sendo,

[...] na configuração das paisagens, na estrutura ou organização espacial, locais destinados para as crianças, gestados por diferentes agentes produtores do espaço e que só podem ser compreendidos a partir das representações de infâncias que preexistem nessas sociedades. (LOPES, 2008-2009, p. 40).

Compreender o que as crianças pensam dos locais pode contribuir para a que a sociedade reflita sobre as experiências que tem oferecido para elas no âmbito da cidade. Araújo *et. al.* destacam a importância de investigar os sentidos que as crianças atribuem à cidade:

Extraír de suas narrativas os sentidos que atribuem à cidade ajuda a expor o fosso ainda aberto entre as prerrogativas dadas pela Administração Pública e a forma marginal com que as culturas infantis são consideradas no processo de reinvenção da cidade, além da necessária criação de espaços mais comuns de existência e de relações éticas e estéticas mais estáveis entre crianças e adultos. (ARAÚJO *et. al.*, 2018, p. 221)

Solicitamos que as crianças mencionassem dez locais de que mais gostavam na cidade. Registramos os locais em listas individuais, em seguida unimos os apontamentos na intenção de elucidar as paisagens na cidade de Presidente Prudente (SP) pelas quais nutriam um sentimento de apreço.

Foram indicados 61 locais² de que mais gostavam. Ao citar os locais dos quais as crianças mais gostavam, elas qualificaram esses espaços e nos deram pistas sobre as potencialidades dos mesmos se constituírem em lugares para elas, de tecerem relações afetivas por eles.



Figura 1: Organograma dos locais preferidos das crianças.
Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

As crianças mencionaram como locais dos quais mais gostavam: os locais de lazer, os locais de consumo, os lugares íntimos e as instituições.

Os locais que as crianças indicaram como os que mais gostavam foram os de lazer. Podemos considerar de lazer, principalmente os locais onde brincavam, interagem. O lazer é um direito da criança e do adolescente estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

² A soma das citações foi 63 porque nem todas as crianças citaram dez locais dos quais mais gostavam na cidade de Presidente Prudente (SP). Duas citações foram de áreas rurais e, portanto, foram excluídas da análise dos dados, restando 61 indicações de locais dos quais as crianças mais gostavam na cidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, *on-line*)

As áreas de lazer apontadas pelas crianças na cidade de Presidente Prudente (SP) foram: Cidade da Criança (50%), Parque Aquático (50%), Parque do Povo (50%); bufês infantis (40%); parque do bairro (30%); clubes privados (20%); balneário (10%); pasto (10%); quadra (10%).

A Cidade da Criança fica numa área afastada da cidade e conta com uma ampla área verde, parques infantis, observatório, planetário, restaurantes, lago, exposição de animais, kartódromo, Rotary Clube e Parque Aquático. Embora seja um espaço público no seu interior há áreas privadas que cobram taxas de utilização, por exemplo: o Parque Aquático, o kartódromo, os pedalinhos do lago e os restaurantes.

As piscinas são atraentes para às crianças dada a condição climática da cidade. O Parque Aquático conta com piscinas, equipamentos e restaurantes. Embora ocorra a cobrança de taxa para utilização, toda a população tem acesso diferentemente dos clubes privados da cidade que exigem associação.

O Parque do Povo é uma extensa área verde, rodeada de duas avenidas, com equipamentos públicos em toda sua extensão. O espaço tem parques infantis, quadras, sanitários, ciclovias, pista de skate e equipamento para idosos. Também possui alguns equipamentos privados, como quiosques fixos para alimentação e brinquedos infláveis móveis.

Algumas crianças indicaram parquinhos dos seus bairros, quadra e pasto, esses espaços públicos eram locais em que narravam brincar com autonomia. Apenas uma criança declarou ter acesso a eles sempre na companhia de um adulto.

Os bufês infantis também são considerados espaços de lazer, espaços de brincar. Os bufês infantis são espaços privados onde acontecem eventos, principalmente aniversários. Estes espaços fechados oferecem serviços com um custo por pessoa. Incluem alimentação, garçom, monitoramento infantil e decoração. O grande atrativo são os equipamentos eletrônicos e mecânicos de diversão.

A princípio este tipo de serviço se restringia a classe mais abastada. Atualmente, é notável o aumento do número de bufês infantis que atendem a todas as classes sociais. Trata-se da preferência social por outras formas de entretenimento. A praticidade, o conforto e o “*status quo*” são mobilizadores deste mercado.

Problematizamos sobre a domesticação nesses espaços. De acordo com Sarmiento (2018), as atividades livres das crianças passaram a ser controladas pelos adultos no espaço urbano. As atividades realizadas em bufês infantis, empresas de lazer, acampamentos infantis, seções infantis no interior de estabelecimentos de alimentação ou compras são geralmente monitoradas pelos adultos. A justificativa se vincula a necessidade de segurança e proteção. Os adultos acreditam que encontraram um meio de controlar/proteger as crianças, sem tirar delas as atividades próprias da idade. Neste sentido, “as crianças passam a realizar atividades *livres* segundo padrões que materializam o controle. Sobretudo, quando essas atividades passam a ser dependentes do mercado de serviços para crianças”. (SARMENTO, 2018, p. 234). A supervisão dos adultos limita a autonomia infantil, a criatividade e estimula padrões de comportamento.

Entre os lugares indicados pelas crianças como que mais gostavam destacamos os shoppings (80%). Os shoppings são considerados áreas de lazer e consumo. Contam com lojas, praças de alimentação e espaços kids. Para Goes (2016), a frequência aos shoppings está intimamente ligada à capacidade de

[...] gerar desejos, através de imagens, garantindo apenas satisfação parcial via consumo, mas ampla satisfação via acesso visual (ver e ser visto), como um desejo dirigido, aparentemente sem tensão, e pela participação de diferentes grupos de frequentadores, incluindo aqueles que podem efetivamente consumir suas mercadorias e os que se limitam a consumos mínimos (SARLO, 2009) ou à simples fruição coletiva do espaço (FREITAS, 1996; CACHINHO, 2006). (GOES, 2016, p. 67)

Os shoppings são espaços fechados, vigiados por câmeras e seguranças. São oportunas as avaliações de Sarmiento (2018, p. 234): “a par da censura implícita da livre circulação das crianças pelas ruas, a configuração desses espaços organizados pelos adultos para crianças, por eles controlados e vigiados, constitui uma forte limitação à autonomia infantil e impõe pautas regulatórias dos comportamentos”.

As crianças mencionaram como locais de consumo o Centro (50%)³; lanchonetes (30%); e o supermercado (10%). O “Centro” corresponde à área comercial central da cidade que conta com um calçadão, que abrange cinco quarteirões, com passagem exclusiva de pedestre⁴. As crianças também citaram locais de alimentação (lanchonetes). O consumo de alimentos para as crianças está ligado não apenas à saciedade, mas à

³ Uma criança usou a expressão 25 de Março para nomear um conjunto de lojas de galeria de um estabelecimento comercial do centro da cidade tendo como referência o centro popular de compras de São Paulo.

⁴ A extensão comercial do Centro continua nas ruas paralelas até as grandes avenidas históricas da cidade que o cercam.

ludicidade. Neste sentido, muitos restaurantes têm feito espaços kids para atrair as crianças.

As instituições foram mencionadas por algumas crianças como locais de que mais gostavam. Foram indicadas: a Instituição filantrópica do bairro (30%); a escola (20%); a igreja (10%); o Projeto do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) (10%); o Hospital Regional (HR) (10%).

A instituição filantrópica denominada Casa da Sopa Francisco de Assis (CASOFA), é uma entidade sem fins lucrativos que oferece projetos educacionais, de apoio à saúde e à alimentação⁵. Os CRAS são “ unidades públicas descentralizadas de assistência social, responsável pela organização e oferta dos serviços de proteção social básica” (PRESIDENTE PRUDENTE, 2020, *on-line*). Os CRAS são instalados em locais de maior vulnerabilidade social.

Esse dado foi um achado da pesquisa que nos surpreendeu, esperávamos que a escola tivesse mais indicações das crianças como sendo um local do qual mais gostavam na cidade, haja vista que o maior tempo das rotinas das crianças, fora de casa, é passado em instituições educativas. Contudo, concluímos que as crianças não as escolheram porque passavam um período significativo confinadas o que implicava em limitações no seu tempo de brincar.

Outro local apontado que nos admirou foi o Hospital Regional (HR), uma criança o indicou e não justificou a sua escolha. Porém, em outro momento da pesquisa, questionamos as crianças sobre os aspectos positivos dos espaços e algumas reconheceram a importância da assistência médica recebida no hospital.

Algumas crianças citaram como locais do qual mais gostavam os lugares íntimos. Mencionaram as casas de parentes (30% - tia-avó, pai e tio) e os bairros (40%)⁶. Consideramos a própria casa e a casa de familiares como espaços íntimos, por serem geralmente espaços afetivos, de cuidado, de carinho, de pertencimento e de encontro com diversas gerações. Essa narrativa das crianças também indica que ir à casa de parentes é um exemplo de como vivenciam a cidade.

Matheus (2019) citou o CEASA (10%), renomeado de CEAGESP (Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo), que é uma central de abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros e uma indústria alimentícia da cidade (10%). Averiguamos que o pai dessa criança era caminhoneiro e transportava produtos alimentícios, a família

⁵ Informações retiradas do site <http://www.casofa.org.br/index.html>.

⁶ Alguns dos bairros indicados não eram de moradia das crianças, mas eram frequentados por elas.

também morou perto dos locais por um tempo. Neste sentido, consideramos que esses locais se constituíam em espaços familiares para a criança.

As crianças privilegiaram principalmente as interações afetivas ao definirem os aspectos positivos dos lugares de que mais gostavam na cidade. As interações mencionadas foram com: a família, a avó, os amigos, os primos e a professora. Araújo *et. al.* (2018) também obtiveram conclusões semelhantes ao pesquisar os sentidos atribuídos por 220 crianças à cidade:

Ao analisar as experiências narradas pelas crianças nos espaços e tempos das cidades pesquisadas, percebemos que elas situam suas experiências no âmbito do viver, remetendo-se aos vínculos afetivos estabelecidos com familiares, com a própria casa, com a casa dos “outros” – amigos, igreja e arredores. Quando questionadas sobre o que mais gostam do lugar onde moram, elas não se referiram diretamente a um espaço físico, mas a uma experiência vivida e, mesmo quando algumas recorreram a um espaço socialmente demarcado (casa dos amigos, da tia, do avô, a igreja, outra cidade) deixaram transparecer um tipo de experiência que fazem na cidade e o sentido que atribuem às relações nela tecidas, tais como: gostam de estar sozinhas com outras crianças, da liberdade de brincar, da alegria por estar em outro lugar etc. Esses sentidos ganham centralidade em suas falas não simplesmente porque fazem parte de sua rotina, mas por que expressam relações estabelecidas por meio de vínculos afetivos e/ou por situações marcadas por desejos, expectativas e/ou necessidades. (ARAÚJO *et. al.*, 2018, p. 216-217).

Notamos que o lazer longe do bairro estava vinculado à presença dos familiares. A interatividade é um eixo das culturas da infância, segundo Sarmento (2004). As vivências das crianças em vários espaços e com diferentes pessoas contribuem para a formação da sua identidade pessoal e social.

Considerações finais

Nosso estudo, somado a outros afins, colabora com as discussões sobre a criança e a cidade e pode servir como fonte de inspiração para o ensino de Geografia. Acreditamos que é necessário criar espaços e metodologias atentos às possibilidades de expressão e escuta das crianças para identificar o que elas têm a nos dizer sobre a cidade. Neste recorte do trabalho, nos propomos a investigar os locais de que as crianças mais gostavam na cidade e a refletir sobre as Paisagens da Infância.

Ao relatar sobre os locais de que mais gostam na cidade de Presidente Prudente (SP), em observância a definição de cidade de Sposito (1993, p.63), as crianças destacaram a cidade como lugar do lazer, do consumo e do estar. As paisagens indicadas pelas crianças foram: os locais de lazer públicos (praças, parques, Parque do Povo,

Cidade da Criança, Balneário), os locais de lazer privados (shoppings, Parque Aquático, clubes, bufês infantis), os locais de consumo (supermercados, centro, lanchonetes), as instituições (escolas, projetos, igreja, hospital) e os lugares íntimos (casa, bairro).

Os locais preferidos pelas crianças foram principalmente os de brincar. Os espaços públicos de brincar propiciam o desenvolvimento físico, cognitivo, social e psicológico. Contudo, outros instrumentos da nossa pesquisa indicaram que esses espaços nem sempre eram frequentados por elas. A cidade tem vários espaços de lazer, mas a distância e/ou a cobrança pelo uso interferem na utilização desses espaços pela população carente.

As desigualdades sociais ditam mecanismos de segregação que interferem nas condições de acesso aos espaços de lazer e aos bens culturais da cidade. Mesmo nos parques públicos são comuns a venda de alimentos e a presença de brinquedos pagos. Ouvimos relatos de crianças que explicitavam essa realidade, seus responsáveis evitavam levá-las a um parque público porque tinham gastos com o transporte e não tinham condições financeiras de comprar os alimentos vendidos no parque. Essas crianças foram capazes de observar as contradições da cidade. Suas vozes sinalizam para os gestores que é importante, ao planejar as Paisagens da Infância, que sejam construídos locais públicos de brincar nos bairros em que moram.

Questionamo-nos se os diferentes espaços da cidade, principalmente os espaços de lazer públicos, são pensados para acolher as crianças. A cidade é planejada para os adultos, o direito da criança à cidade é negado quando as placas não estão à altura do seu olhar, os sanitários públicos não têm as dimensões apropriadas para o seu tamanho.

Araújo *et. al.* (2018, p. 214) nos toca profundamente quando alerta para o fato do chão da cidade ser “territorializável” para as crianças:

Ao discorrer sobre a importância de considerar a presença das crianças na cidade, Silva (2011, p. 270) sublinha: “São exigentes as responsabilidades que se abatem sobre os gestores do espaço, sobretudo urbano, para que não fechem as oportunidades que um planejamento plástico não deixará de propiciar no sentido do acolhimento de estratégias que tornem o chão também territorializável no interesse das crianças. (ARAÚJO *et.al.*, 2018, p. 214)

Considerar “a presença das crianças na cidade” como defendem Araújo *et.al.* (2018) é efetivar ações que favoreçam a criação de elos afetivos por parte das crianças com os espaços públicos na expectativa que, a partir das suas vivências, possam concebê-los como lugar. Se desejamos que as crianças utilizem os diferentes espaços da cidade, tornando-se cidadãs ativas e responsáveis por ela, precisamos de espaços

seguros, acolhedores, atrativos, que estejam preparados para recebê-las e favoreçam a interação e as brincadeiras criativas.

Defendemos que o ensino de Geografia, especificamente sobre o tema cidade, promova situações em que as crianças compartilhem as suas vivências, apresentem as suas opiniões sobre a cidade e que a sala de aula e a escola se constituam em espaços participativos, abertos ao diálogo diante do compromisso da construção de uma cidade onde as crianças sejam ouvidas e tenham mais visibilidade e autonomia.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, V. C. *et.al.* Os sentidos atribuídos pelas crianças à cidade. **Revista Educação**. Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 212-222, mai.-ago. 2018.
- BORBA, A. M. As culturas da infância nos espaços-tempos do brincar: estratégias de participação e construção da ordem social em um grupo de crianças de 4-6 anos. **Momentos: diálogos em educação**. Rio Grande, v. 18, n. 1, p. 35-50, 2007.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal n. 8069, promulgada em 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 01 abr. 2020.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. BRASIL.
- CHIZZOTTI, A. Parte II Pesquisa Qualitativa. *In*: CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 77-106.
- CORSARO, W. Reprodução Interpretativa e Cultura de pares. *In*: MÜLLER, F.; CARVALHO, A. M. A. **Teoria e prática na pesquisa com crianças**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 31-50.
- FARIAS, R.N.P.; MÜLLER, F.; A Cidade como Espaço da Infância. **Educação & Realidade**, v. 42, n. 1, p. 261-282, Porto Alegre, jan./mar. 2017.
- GEHL, J. **Cidade para as pessoas**. 2. ed. Tradução de Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GÓES, E. M. Shopping center: Consumo, simulação e controle social. **Finisterra**, v. 51, n. 102, p. 65-80. 2016.
- LEITE, A. F. O lugar: Duas Acepções Geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 9-20, 1998.
- LOPES, J. J. M.; VASCONCELLOS, T. Geografia da infância: territorialidades infantis. **Currículo sem fronteiras**, v. 6, n. 1, p. 103-127, jan./jun. 2006.
- LOPES, J. J. M. Geografia das crianças, Geografia das Infâncias: as contribuições da Geografia para os estudos das crianças e suas infâncias. **Contexto & Educação**, Unijuí, ano 23, n.79, p. 65-82, jan./jun. 2008.
- LOPES, J. J. M. As crianças suas infâncias e suas histórias: Mas por onde andam suas geografias? **Educação em foco**, UFMG, v. 13, n. 2, p. 31-44, set. 2008-fev.2009.
- LOPES, J. J. M. Geografia da Infância: contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 22, n. 49/1, p. 283-294, maio/ago. 2013.
- LOPES, J. J. M.; FERNANDES, M. L. B. A criança e a cidade: contribuições da Geografia da infância. **Revista Educação**. Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 202-211, maio/ago. 2018.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MÜLLER, F. **Retratos da infância na cidade de Porto Alegre**. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Porto Alegre, 2007.

PELEGRINI, S. C.A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009. Presidente Prudente (SP). **Assistência Social**. Disponível em: Presidente Prudente (SP). Acesso em: 01 jun. 2019.

REDIN, M. M. Crianças e suas culturas singulares. *In*: MÜLLER, F.; CARVALHO, A. M. A. (org.). **Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 115-126.

SARAMAGO, S. S. S. Metodologias de pesquisa empírica com crianças. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 35, p. 9-29, 2001.

SARMENTO, M. J. Imaginário e culturas da infância. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 12, n. 21, p. 51-69, 2003.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. *In*: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A.B. (org.). **Crianças e Miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Porto: Asa, 2004.

SARMENTO, M. J. Visibilidade social e estudo da infância. *In*: VASCONCELLOS, V. M. R.; SARMENTO, M. J. **Infância (in)visível**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007. p. 25-49.

SARMENTO, M. J. Infância e cidade: restrições e possibilidades. **Revista Educação**. Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 232-240, maio/ago. 2018.

SARMENTO, M.; SOARES, N.; TOMÁS, C., 2004. *Participação social e cidadania activa das crianças*. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/3842>. Acesso: 15 abr. 2019

SPOSITO, M. E. B. **A urbanização no Brasil**. São Paulo: CENP, 1993.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: EDUEL, 2012.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: EDUEL, 2013.

Recebido em 20 de outubro de 2020.

Aceito para publicação em 09 de julho de 2021.

